

Relatório do Círculo Menor Grupo B - Português



CÍRCULO PORTUGUÊS - GRUPO B

Nosso grupo aprofundou e apresentou propostas em três dimensões: 1) Ecologia Integral e defesa da casa Comum, 2) Povos indígenas e comunidades tradicionais; 3) Eclesial.

I - ECOLOGIA INTEGRAL DEFESA DA CASA COMUM:

O Sínodo para a Amazônia acontece em um momento de grande urgência climática e de uma profunda crise socioambiental. É indispensável uma conversão ecológica para uma vida sobria, que implica mudanças de mentalidade, de estilo de vida, nos modos de produção, práticas de acumulação, consumo e desperdício. Já sabemos que “mais tarde, será tarde demais”!

Diante disto, propomos iniciativas *ad intra* e *ad extra*.

Ad Intra:

1. Inserir o tema da Ecologia Integral nas diretrizes das Conferências Episcopais, planos pastorais das dioceses e prelazias e programas paroquiais.
2. Incluir na Teologia Moral o respeito pela Casa Comum e os pecados ecológicos revendo os manuais e os rituais do sacramento da Penitência.
3. Desenvolver um grande ‘movimento de educação e conscientização ecológico de base formando agentes de pastoral em todos os níveis.
4. Instituir o Ministério do cuidado da Casa Comum nas comunidades da Amazônia.

Ad extra:

A Igreja se posiciona claramente na defesa do bioma Amazônico contra a visão colonialista e mercantilista e declara a Amazônia como Santuário Intangível e Imemorial da Casa Comum. Isto implica em incidir:

1. Na defesa dos territórios dos povos tradicionais amazônicos, em especial indígenas e afrodescendentes, bem como as unidades e áreas de conservação;

2. Para que se aplique nesses territórios uma longa moratória das atividades extrativistas predatórias, petroleiras e mineradoras, bem como de pecuária extensiva e monocultura, que destroem florestas e rios;

3. Para assegurar o direito à consulta livre, prévia e informada das populações para todas as atividades propostas para esses territórios, tal como define o artigo 169 da OIT;

4. Nas relações internacionais, nas políticas públicas nacionais e locais para que os governos façam opções de desenvolvimento com base em um modelo de sustentabilidade socioambiental.

II - POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Apresentamos nossa contribuição em relação aos Povos Indígenas e comunidades tradicionais. Também tratamos da Inculturação e interculturalidade na Missão da Igreja na Panamazônia.

II.1. Defesa dos direitos de territórios

Diante da “avidez dos grandes projetos econômicos” (Papa Francisco) pelos territórios indígenas que geram ecocídios, genocídios e etnocídios, como também ao assassinato e criminalização de líderes sociais, é missão da Igreja defender e lutar pela demarcação e proteção das terras indígenas e dos afrodescendentes e pelos direitos das outras comunidades tradicionais, como advertiu São João Paulo II em Cuiabá (1991): *“A Igreja, queridos irmãos índios, tem estado e continuará a estar sempre ao seu lado para defender a dignidade de seres humanos, seu direito a ter uma vida própria e tranquila, no respeito aos valores das suas tradições, costumes e culturas.”*

II.2. Inculturação e interculturalidade

A Amazônia se caracteriza por uma multiplicidade de povos e culturas. Deus se manifesta em todas elas bem como na Criação inteira. Ao se encarnar em Jesus Cristo, assumiu uma determinada cultura e por seu Espírito, segue revelando-se nos diferentes povos. A Igreja dos discípulos se coloca a serviço desta história de Salvação deparando-se com as teologias índias. Sente-se interpelada no desafio da inculturação e da interculturalidade. Por isso, fazemos as seguintes indicações:

Os agentes de pastoral e missionários evangelizem no diálogo e no respeito as expressões espirituais autoctones, através de uma presença contínua, da aprendizagem dos idiomas indígenas, da valorização dos conhecimentos tradicionais tendo como resultado o enriquecimento mútuo.

Na evangelização a partir das culturas, valorize as teologias índias e se empenhe em traduzir as Escrituras, adequar os rituais cristãos, assumir rituais dos povos e empreenda processos de iniciação à vida cristã e elaboração de uma liturgia próprios.

III - ECLESIAL

Nessa dimensão abordamos diversos aspectos.

III.1. Formação Presbiteral

“Eu vos darei pastores” (Jr 3,15). Precisamos de presbíteros, à imagem do Bom Pastor, chamados a serem homens de misericórdia, compaixão, próximos ao seu povo, servidores de todos, particularmente dos que sofrem grandes necessidades; que se nutrem da Palavra de Deus, da

Eucaristia e da oração; de presbíteros-missionários: movidos pela caridade pastoral (cf. CELAM Doc. Ap. 198,199).

Em vista da concretização desse horizonte fazemos as seguintes propostas: assegurar um plano de formação presbiteral (celibatário e *Viri Probati*); cuidar da sólida formação humana nos seminários; garantir a alternância da formação acadêmica e pastoral; assegurar um sóbrio estilo de vida no ambiente formativo; promover a formação de formadores inculturados (cf. DPV,66; SD 84); abrir os seminários para a interação com os jovens, afim de que sejam ambientes de forte animação juvenil e irradiação vocacional; estimular a corresponsabilidade para com a formação; promover nos seminários a cultura da ecologia integral, e a ecoteologia.

III.2. Missão e formação do laicato

E impensável hoje uma Igreja de comunhão, participação e missão que não inclua cada vez mais os leigos e as leigas, maioria absoluta do povo de Deus, nas decisões e nos compromissos a serem assumidos por todos, valorizando o seu papel profético e inovador.

A formação laical deve incluir: a pessoa e a prática de Jesus Cristo; a missionariedade e a relação Igreja-mundo-Reino; a Doutrina Social da Igreja; a dimensão comunitária; a opção pelos pobres; a educação para a justiça e a paz; o cuidado com a Casa Comum; a relação fé e política; a antropologia crista; especialmente o relacionamento humano, a sexualidade e a afetividade.

Por isso, propomos:

- 1) Resgatar a espiritualidade laical, a partir da vivência do batismo, que valorize o amor conjugal e familiar, o trabalho, o empreendedorismo, a honestidade e a competência profissional;
- 2) Capacitar para o exercício da caridade, na atuação em políticas públicas, nos movimentos sociais e na ocupação de cargos políticos, inspirados no Evangelho;
- 3) Educar para a gratuidade, o voluntariado no serviço à Igreja e na sociedade, a partir da iniciação à vida crista;

III.3. Ministérios

Foi considerada como necessária para a Panamazonia a ordenação dos *virii probati*.

Os homens casados candidatos à ordenação, após um fecundo diaconato devem responder aos seguintes critérios, entre outros: vida de oração e amor à Palavra de Deus e à Igreja; vida eucarística que se reflete numa vida de doação e de serviço; vivência comunitária; espírito missionário.

Na implementação da ordenação de *virii probati* apresentamos dois caminhos para a região Panamazônia:

- 1) Delegar às Conferências Episcopais presentes na Panamazônia a implantação desse ministério
- 2) Confiar aos bispos a realização da experiência.

III.4. Diaconato para as mulheres:

Dada a presença decisiva de mulheres na História da Salvação, como Maria e na Missão da Igreja, de Santas, doutoras e conselheiras de Papas; dado que a presença das mulheres é decisiva na vida e na missão da Igreja na Amazônia e que o Concílio Vaticano II restaurou o Diaconato Permanente para homens – porque é bom e útil para a Igreja – julgamos que esse mesmo argumento é válido para criar o Diaconato para as mulheres na Igreja na Amazônia.

III.5. Sustentabilidade e reorganização da Igreja na Amazônia

A maioria das Dioceses e Prelazias da Amazônia têm extensos territórios, poucos ministros ordenados e escassez de recursos financeiros, passando por dificuldades para sustentar a missão. O “custo amazônico” repercute seriamente sobre a evangelização. Diante desta realidade, visando uma Igreja presente, solidária e samaritana, propomos:

- 1) Redimensionar as extensas áreas geográficas das Dioceses e Prelazias.
- 2) Criar um *Fundo Amazônico para a Sustentabilidade da Evangelização*.
- 3) Sensibilizar e estimular agências internacionais de cooperação católica, para que apoiem além dos projetos sociais, atividades de evangelização.

III.6. Cooperação missionária

As Igrejas Locais na Panamazônia sentem a necessidade de intensificar e diversificar as formas de cooperação missionária, com novas modalidades de intercâmbio eclesial.

Por isso recomendamos:

- 1) Incrementar o Projeto de Igrejas Irmãs onde este já existe, e criá-lo nas conferências em que não existe, promovendo partilha entre dioceses com mais recursos e as mais pobres.
- 2) Confirmar e incentivar as iniciativas de inserção missionária, itinerante e popular da vida consagrada na Amazônia e estimular os projetos de “uma vida consagrada alternativa e profética, intercongregacional, interinstitucional, com o sentido de disposição para estar onde ninguém quer estar e com quantos ninguém quer estar” (IL 129 d1);
- 3) A mística cristã promove a partilha e a solidariedade e conhecendo a riqueza da experiência de inúmeras entidades que incentivam o serviço humanitário, incentivar o voluntariado de leigos e profissionais nas Dioceses e entidades católicas.
- 4) Dado que a Panamazônia se constitui cada vez mais em um território perpassado por fluxos globais de migração interna e internacional, como também de tráfico humano, narcotráfico e a circularidade dos povos indígenas, propõe-se reforçar a “ação pastoral conjunta entre as Igrejas fronteiriças para enfrentar os problemas comuns”, e incentivar a articulação do trabalho em rede em todo o território panamazônico e além de suas fronteiras.

III.7. Desafios da cidade e Pastoral Urbana

Hoje, 80% da população da Amazônia encontra-se nas cidades. A questão da urbanização não inclui apenas o deslocamento espacial e o crescimento das cidades, mas também a transmissão de

um estilo de vida configurado pela metrópole. Este modelo se estende ao mundo rural, modificando hábitos, costumes e formas tradicionais de viver.

Na Amazônia, os rios foram fatores determinantes para a formação de muitas cidades, enquanto outras estão nas fronteiras agrícolas, com bairros específicos de migrantes. Algumas cresceram rapidamente devido aos megaprojetos e quando esses projetos terminam, muitos migram para outros lugares ou passam necessidades. Há uma grande mobilidade de indivíduos e famílias indígenas em direção a centros urbanos.

Por isso propomos:

- a. Promover uma pastoral específica dos indígenas que vivem na cidade, na qual eles mesmos sejam protagonistas.
- b. Instituir o Ministério da Acolhida nas comunidades urbanas da Amazônia para a solidariedade fraterna com migrantes, refugiados, população em situação de rua e pessoas que saíram das áreas rurais para tratamento de saúde.
- c. Sensibilizar a comunidade a respeito das lutas sociais, apoiando os distintos movimentos sociais na promoção de uma cidadania e uma cultura ecológica e na defesa dos direitos humanos.
- d. Promover encontros com ministros e teólogos das comunidades cristãs e teóricos das ciências humanas para fomentar a reflexão e ações comuns.

CONCLUSÃO: Diante do exposto e do trabalho realizado até aqui pelo Sínodo, percebemos a necessidade de trilhar este caminho sinodal que estamos vivendo na Igreja.

Que essa caminhada continue a ser discernida e implementada por toda a Igreja à luz do Espírito.